

UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

12/2026

153036-UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ANELI DIAS FERREIRA

18/05/2026 15:14 (v 0.16)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

119/2026

Processo Administrativo

23086.003759/2026-94

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23086.003759/2026-94

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de materiais Gráficos e de publicidade para atender a demanda da UFVJM e HOSPITAL NAVAL DE NATAL (HNNA) , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR DE REFERÊNCIA										
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	Quantidade Total dos Itens	Quantidade l dos Itens UFVJM	Quantidade mínima para entrega - UFVJM	Quantidade l dos Itens HOSPITAL NAVAL DE NATAL (HNNA)	Quantidade mínima para entrega - HOSPITAL NAVAL DE NATAL (HNNA)	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL (QUANT. X VALOR REFERÊNCIA)
1	230874	ADESIVO PERSONALIZADO - TIPO: BOPP TRANSPARENTE, REDONDO, LAMINAÇÃO BRILHO. FORMATO: REDONDO. COR: 5X0, SOMENTE FRENTE (COM BRANCO LOCAL). DIMENSÃO DO ADESIVO: 9,5 CM, ENTREGUE EM BOBINA DE 33 CM.	UNIDADE	7000	7000	500	0	0	R\$ 1,17	R\$ 8.190,00

		PERSONALIZAÇÃO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.								
2	602600	ADESIVO PARA PLOTAGEM DE PAREDE - MATERIAL: VINIL. FORMATO: RETANGULAR. COMPRIMENTO: 270 CM. LARGURA: 360 CM. QUANTIDADE CORES: 4/0. GRAMATURA: 150 G /M². CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRANSPARENTE, LAMINAÇÃO FOSCA. PERSONALIZAÇÃO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	6	5	1	1	1	R\$ 806,76	R\$ 4.840,56
3	606266	BANDEIRA DE MESA PERSONALIZADA - MATERIAL: 100% POLIÉSTER, DUPLA FACE. IMPRESSÃO: CORES 4 X 4. COMPRIMENTO: 64 CM. LARGURA: 45 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HASTE E SUPORTE EM MADEIRA, INDIVIDUAL. COR E INSIGNIA PERSONALIZADA CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	100	100	10	0	0	R\$ 66,79	R\$ 6.679,00
4	481381	BANNER - MATERIAL: EM LONA. TAMANHO: 1,00 M X 1,20 M. IMPRESSÃO: EM 04 CORES. CARACTERÍSTICA S ADICIONAIS: COM BASTÃO E CORDA, COM ARTES DIFERENTES E ILHÓS, CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DIGITAL. PERSONALIZAÇÃO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	100	100	10	0	0	R\$ 101,52	R\$ 10.152,00
		WINDISPLAY OU WINDBANNER -								

5	613052	FORMATO: PENA. TAMANHO: 2 METROS DE ALTURA POR 60CM DE LARGURA APROXIMADAMENTE. SUBLIMAÇÃO: 4 CORES. TECIDO: OXFORD. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE EM PLÁSTICO, HASTE EM ALUMÍNIO. PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	10	10	2	0	0	R\$ 223,99	R\$ 2.239,90
6	396156	BOLSA - TIPO: SACOLA. MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO CANVAS. GRAMATURA: 280 G /M². DIMENSÕES: 450 X 380 X 105 MM. TIPO ALÇA: DUPLA. MATERIAL ALÇA: ALGODÃO CRU. TAMANHO ALÇA: 65 CM. COR: 4/0. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERSONALIZADA EM SILK SCREEN CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	2100	2000	50	100	50	R\$ 16,25	R\$ 34.125,00
7	467012	BOTOM - MATERIAL: METAL. COMPRIMENTO: 20MM. LARGURA: 17MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHO TIPO BORBOLETA. ACABAMENTO: GRAVAÇÃO ESMALTADA E FUNDIDO EM BAIXO RELEVO, PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	300	200	100	100	50	R\$ 7,89	R\$ 2.367,00
		CAMISA - MATERIAL: 100% ALGODÃO. TIPO: UNISSEX. TIPO GOLA: POLO. TIPO MANGA: CURTA. TAMANHOS: VARIADOS (P, M, G, GG E XG). COR: BRANCA OU PRETA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:								

8	466763	IMPRESSÃO SILK SCREEN, 01 LOGOTIPO COLORIDO ESTAMPADO NA FRENTE E 01 LOGOTIPO COLORIDO ESTAMPADO NAS COSTAS. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA	UNIDADE	1600	1550	50	50	25	R\$ 69,51	R\$ 111.216,00
9	477864	CAMISA – USO: UNISSEX. MATERIAL: MALHA PV (75% POLIÉSTER + 25% VISCOSE). TIPO MANGA: CURTA. TIPO GOLA: REDONDA. CORES VARIADAS: BRANCA OU PRETA. TAMANHOS VARIADOS(P, M, G, GG E XG). CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPRESSÃO FRENTE, COSTAS E MANGA. CORES IMPRESSÃO: 4 /0. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA	UNIDADE	2250	2250	50	0	0	R\$ 52,01	R\$ 117.022,50
10	439729	CANECA PERSONALIZADA - MATERIAL: PORCELANA. CAPACIDADE: 325 ML. DIMENSÕES: 20 X 8 CM. COR: 4X0. TIPO IMPRESSÃO: SUBLIMAÇÃO. PERSONALIZADA CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	350	300	50	50	25	R\$ 24,54	R\$ 8.589,00
11	607571	CANECA PERSONALIZADA - MATERIAL: POLÍMERO. CAPACIDADE: 325 ML. TIPO: COM ALÇA. COR IMPRESSÃO: 4/0. PERSONALIZADA CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	350	300	50	50	25	R\$ 16,57	R\$ 5.799,50

12	481746	COPO PERSONALIZADO - TIPO: TWISTER. MATERIAL: ACRÍLICO. CAPACIDADE: 550 ML. COR: VARIADA, TRANSLÚCIDA. COR IMPRESSÃO: 4X0. ÁREA DE IMPRESSÃO: 75 X70MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TAMPA E CANUDO. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	2050	2000	100	50	25	R\$ 5,50	R\$ 11.275,00
13	342698	CANETA - TIPO: ESFEROGRÁFICA . MATERIAL: PVC. MATERIAL PONTA: METAL. TIPO ESCRITA: GROSSA. COR TINTA: AZUL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORPO PRATA COM CLIPE EM PVC, PONTA RETRÁTIL. PERSONALIZADA CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	4600	4500	100	100	50	R\$ 4,55	R\$ 20.930,00
14	610532	CANETA ECOLÓGICA – TIPO: ESFEROGRÁFICA, MATERIAL: PAPELÃO RECICLADO. COR: TINTA AZUL. LARGURA: 1,5CM. COMPRIMENTO: 13,9 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM SUPORTE PARA CELULAR E ACIONAMENTO POR CLIQUE, PERSONALIZADA CONFORME MODELO DO ÓRGÃO	UNIDADE	3100	3000	100	100	50	R\$ 2,46	R\$ 7.626,00
		CARTÃO POSTAL - MATERIAL: PAPEL: COUCHÉ FOSCO. GRAMATURA: 300G. TAMANHO: A6 (10,5 X 14,8 CM). IMPRESSÃO: FRENTE								

15	471783	E VERSO. CORES: 4X4 (COLORIDO). ACABAMENTO: REFILE, SEM ENOBRECIMENTO, SEM EXTRAS, PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	10000	10000	200	0	0	R\$ 0,48	R\$ 4.800,00
16	351874	CARTAZ - MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO. TAMANHO: A3. GRAMATURA: 150 G/M². IMPRESSÃO: 4X0 CORES, PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	5000	5000	100	0	0	R\$ 4,05	R\$ 20.250,00
17	625041	CARTAZ - MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO. TAMANHO: A1. GRAMATURA: 210 /M². IMPRESSÃO: 4X0 CORES . TIPO ACABAMENTO: REFILE SEM ENOBRECIMENTO, SEM EXTRAS. PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	1000	1000	100	0	0	R\$ 8,92	R\$ 8.920,00
18	444526	CONJUNTO ESTOJO E CANETA - MATERIAL CANETA: METAL. MATERIAL PONTA: METÁLICA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO. TIPO ESCRITA: MÉDIA. COR TINTA: AZUL. MATERIAL ESTOJO: METÁLICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESTOJO PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	300	300	50	0	0	R\$ 46,19	R\$ 13.857,00
19	444466	CHAVEIRO PERSONALIZADO - MATERIAL: METAL. FORMATO: REDONDO. TAMANHO: 5 X 4CM. TIPO IMPRESSÃO: GRAVAÇÃO A LASER. PERSONALIZADO	UNIDADE	550	500	50	50	25	R\$ 11,01	R\$ 6.055,50

		CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.								
20	600650	BANNER - TIPO: SISTEMA ROLL UP. MATERIAL: LONA VINÍLICA . COMPRIMENTO: 200 CM. LARGURA: 80CM. IMPRESSÃO: EM 4 CORES. MATERIAL DA ESTRUTURA: ANODIZADO, FOSCO. CARACTERISTICAS ADICIONAIS: SISTEMA DE MOLA VAI-DEM (ENROLA /DESENROLA), SUPORTE E BOLSA DE TRANSPORTE INCLUSOS. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	100	100	5	0	0	R\$ 367,12	R\$ 36.712,00
21	628647	BANDEIRA OFICIAL - MATERIAL: FABRICADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER. MODELO: 04 PANOS. MEDIDAS: 1,80M X 2,56M. FORMATO: RETANGULAR. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUZIDA EM DUPLA-FACE, POR MEIO DE PROCESSO DE ESTAMPA TÊXTIL DIGITAL DE ALTA DEFINIÇÃO COM TÉCNICA DE SUBLIMAÇÃO, POSSUI TRALHA REFORÇADA NA COR BRANCA, EQUIPADA COM DOIS ILHOSES METÁLICOS NAS EXTREMIDADES PARA FIXAÇÃO. CORES E LAYOUTS: CONFORME PADRÃO OFICIAL DA BANDEIRA DO ENTE FEDERATIVO CORRESPONDENTE (BRASIL, ESTADO, MUNICÍPIO OU INSTITUIÇÃO), RESPEITANDO CORES,	UNIDADE	80	80	10	0	0	R\$ 287,74	R\$ 23.019,20

		<p>PROPORÇÕES, SÍMBOLOS E DEMAIS ELEMENTOS DEFINIDOS EM LEGISLAÇÃO OU ATO NORMATIVO APLICÁVEL, GARANTINDO FIDELIDADE CROMÁTICA, NITIDEZ E RESISTÊNCIA AO DESBOTAMENTO. INDICADA PARA USO EXTERNO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E PADRÕES ABNT APLICÁVEIS. PERSONALIZADA CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO E CONSIDERANDO UMA INSTITUIÇÃO MULTICAMPI SERÃO SOLICITADOS: BANDEIRAS DO BRASIL, MINAS GERAIS, DIAMANTINA, JANAÚBA, UNAÍ, TEOFILÓ OTONI, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, UFVJM .</p>									
		<p>BANDEIRA OFICIAL - MATERIAL: FABRICADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER. MODELO: 04 PANOS. MEDIDAS: 0,90M X 1,30M. FORMATO: RETANGULAR. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUZIDA EM DUPLA-FACE, POR MEIO DE PROCESSO DE ESTAMPA TÊXTIL DIGITAL DE ALTA DEFINIÇÃO COM TÉCNICA DE SUBLIMAÇÃO, POSSUI TRALHA REFORÇADA NA COR BRANCA, EQUIPADA COM DOIS ILHOSES METÁLICOS NAS EXTREMIDADES PARA FIXAÇÃO. CORES E LAYOUTS: CONFORME PADRÃO OFICIAL DA</p>									

22	626887	BANDEIRA DO ENTE FEDERATIVO CORRESPONDENTE (BRASIL, ESTADO, MUNICÍPIO OU INSTITUIÇÃO), RESPEITANDO CORES, PROPORÇÕES, SÍMBOLOS E DEMAIS ELEMENTOS DEFINIDOS EM LEGISLAÇÃO OU ATO NORMATIVO APLICÁVEL, GARANTINDO FIDELIDADE CROMÁTICA, NITIDEZ E RESISTÊNCIA AO DESBOTAMENTO. INDICADA PARA USO EXTERNO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E PADRÕES ABNT APLICÁVEIS. PERSONALIZADA CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO E CONSIDERANDO UMA INSTITUIÇÃO MULTICAMPI SERÃO SOLICITADOS: BANDEIRAS DO BRASIL, MINAS GERAIS, DIAMANTINA, JANAÚBA, UNAÍ, TEOFILÓ OTONI, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, UFVJM .	UNIDADE	80	80	10	0	0	R\$ 143,51	R\$ 11.480,80
		ENVELOPE - MODELO SLTJ-24. ESPECIFICAÇÕES: DIMENSÃO TOTAL: 262 MM X 344 MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EM POLIETILENO, DESCARTAVEIS, INVIOlaveis, com FECHAMENTO POR SISTEMA DE LACRE PLÁSTICO DE SEGURANÇA EM POLIETILENO, CONSTITUÍDO DE PINOS DE UM LADO E DO OUTRO POR CÁPSULA PARA ENCAIXE DOS PINOS, SISTEMA DE								

23	632685	FECHAMENTO SOLDADO EM DOIS PONTOS AO FILME COEXTRUDADO EM TRÊS CAMADAS DE POLIETILENO COM ESPESSURA DE 75 MICRA POR PAREDE, FILME NA COR TRANSPARENTE OU BRANCO OPACO, COM INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA E MANUSEIO DO ENVELOPE, ENVELOPE CODIFICADO COM SETE DÍGITOS ALFANUMÉRICOS, NÃO SEQUENCIAIS E SEM REPETIÇÕES NO CORPO DO ENVELOPE, NUMERAÇÃO NA COR PRETA PELO PROCESSO INK JET, SOLDAS LATERAIS DO ENVELOPE TIPO POUCH, ENVELOPE PADRÃO NÃO PERSONALIZADO.	UNIDADE	4000	4.000	2.000	0	0	R\$ 3,55	R\$ 14.200,00
24	629692	ENVELOPE - MODELO SLTJ-31. ESPECIFICAÇÕES: DIMENSÃO TOTAL: 314 MMX408 MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTAVEIS, INVIOlaveis, COM FECHAMENTO POR SISTEMA DE LACRE PLÁSTICO DE SEGURANÇA EM POLIETILENO, CONSTITUÍDO DE PINOS DE UM LADO E DO OUTRO POR CÁPSULA PARA ENCAIXE DOS PINOS, SISTEMA DE FECHAMENTO SOLDADO EM DOIS PONTOS AO FILME COEXTRUDADO EM TRÊS CAMADAS DE POLIETILENO COM ESPESSURA DE 75 MICRA POR PAREDE, FILME NA COR TRANSPARENTE OU BRANCO OPACO, COM INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA E	UNIDADE	4000	4.000	2.000	0	0	R\$ 5,70	R\$ 22.800,00

		MANUSEIO DO ENVELOPE, ENVELOPE CODIFICADO COM SETE DÍGITOS ALFANUMÉRICOS, NÃO SEQUENCIAIS E SEM REPETIÇÕES NO CORPO DO ENVELOPE, NUMERAÇÃO NA COR PRETA PELO PROCESSO INK JET, SOLDAS LATERAIS DO ENVELOPE TIPO POUCH, ENVELOPE PADRÃO NÃO PERSONALIZADO.								
25	633408	ENVELOPE MODELO SLTJ-39. ESPECIFICAÇÕES: DIMENSÃO TOTAL: 391MM X 471MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EM POLIETILENO, DESCARTÁVEIS, INVOLÁVEIS, COM FECHAMENTO POR SISTEMA DE LACRE PLÁSTICO DE SEGURANÇA EM POLIETILENO, CONSTITUÍDO DE PINOS DE UM LADO E DO OUTRO POR CÁPSULA PARA ENCAIXE DOS PINOS, SISTEMA DE FECHAMENTO SOLDADO EM DOIS PONTOS AO FILME COEXTRUDADO EM TRÊS CAMADAS DE POLIETILENO COM ESPESSURA DE 75 MICRA POR PAREDE, FILME NA COR TRANSPARENTE OU BRANCO OPACO, COM INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA E MANUSEIO DO ENVELOPE, ENVELOPE CODIFICADO COM SETE DÍGITOS ALFANUMÉRICOS, NÃO SEQUENCIAIS E SEM REPETIÇÕES NO CORPO DO ENVELOPE, NUMERAÇÃO NA COR PRETA PELO	UNIDADE	400	400	200	0	0	R\$ 6,60	R\$ 2.640,00

		PROCESSO INK JET, SOLDAS LATERAIS DO ENVELOPE TIPO POUCH, ENVELOPE PADRÃO NÃO PERSONALIZADO.								
26	471858	FAIXA-BANNER - CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DIGITAL. MATERIAL: EM LONA. TAMANHO: 4,0M X 1,0 M. IMPRESSÃO: EM 04 CORES. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM ACABAMENTO EM ILHÓS. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.	UNIDADE	200	200	20	0	0	R\$ 196,57	R\$ 39.314,00
27	450242	FOLDER - MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO. GRAMATURA: 170 G /M². TAMANHO: A4. TIPO IMPRESSÃO: 4/4 CORES, FRENTE E VERSO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 2 DOBRAS SANFONA OU CARTEIRA. PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	8000	8000	200	0	0	R\$ 0,93	R\$ 7.440,00
28	369663	GARRAFA - TIPO: SQUEEZE. MATERIAL: PLÁSTICO. CAPACIDADE: 500 ML. COR: BRANCA. TIPO IMPRESSÃO: DIGITAL. CORES IMPRESSÃO: 4 /0. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS : COM TAMPA ROSQUEÁVEL. PERSONALIZADA CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	10050	10000	500	50	25	R\$ 5,45	R\$ 54.772,50
		LOGOTIPO PERSONALIZADO - IMPRESSO EM PVC EXPANDIDO DE 20MM, COM ACABAMENTO EM TINTA. TAMANHO:								

29	463954	1,20 CM X 28 CM (LARGURA X ALTURA). ADICIONAL: COM GABARITO PARA FIXAÇÃO NA PAREDE. PERSONALIZADO COM AS CORES DE ACORDO COM O MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DA UFVJM.	UNIDADE	31	30	2	1	1	R\$ 429,90	R\$ 13.326,90
30	608130	MARCADOR DE LIVRO - MATERIAL: PAPEL RECICLADO. ALTURA: 160 MM. LARGURA: 50 MM. COR: 4 X 4. GRAMATURA: 240 G /M². CARACTERÍSTICAS: PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	2000	2000	200	0	0	R\$ 0,50	R\$ 1.000,00
31	447695	PASTA EVENTOS - MATERIAL: PAPEL SUPREMO. DIMENSÕES: ALTURA: 460 MM, LARGURA: 410 MM, GRAMATURA: 300 G /M². COR IMPRESSÃO: 4.0 /COLORIDO. ACABAMENTO: CORTE, VINCO, LAMINAÇÃO FOSCA, VERNIZ UV. FORMATO: ABERTA COM BOLSA DE 230 X 309 MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERSONALIZADO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	3030	3000	100	30	15	R\$ 5,95	R\$ 18.028,50
32	336678	PASTA EVENTOS - TIPO: ENVELOPE. MATERIAL: KRAFT /PAPELÃO. COMPRIMENTO: 27,1 CM. LARGURA: 37 CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA SUPERIOR FIXADAS POR BOTÃO IMATIZADO, DETALHES	UNIDADE	150	100	50	50	25	R\$ 23,11	R\$ 3.466,50

		COSTURADOS NAS LATERAIS. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO.								
33	618630	PLACA COMEMORATIVA - MATERIAL: AÇO INOX GRAVADO. ALTURA: 15CM. COMPRIMENTO: 20CM. FORMATO: RETANGULAR. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ACOMPANHA CAIXA DE VELUDO PRETO OU AZUL (TAMANHO 24CMX18CM) OU COMPATÍVEL COM O TAMANHO DA PLACA. PERSONALIZADA CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	90	60	10	30	15	R\$ 116,72	R\$ 10.504,80
34	463960	REVISTA - TIPO PAPEL: COUCHÉ BRILHO. GRAMATURA: 150 GRAMAS . TAMANHO: 210MM X 300 MM, FECHADA. QUANTIDADE PÁGINAS: 12 PÁGINAS. COR: 4X4. ACABAMENTO: COM DOBRA, GRAMPO, INTERCALAR, REFILE E COM VINCO NA CAPA. PERSONALIZADA CONFORME MODELO DO ÓRGÃO.	UNIDADE	250	250	10	0	0	R\$ 11,80	R\$ 2.950,00
35	466763	CAMISA - MATERIAL: 100% ALGODÃO. TIPO: UNISSEX. TIPO GOLA: POLO. TIPO MANGA: CURTA. TAMANHOS: VARIADOS (P, M, G, GG E XG). COR: BRANCA OU PRETA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPRESSÃO SILK SCREEN, 01 LOGOTIPO COLORIDO ESTAMPADO NA FRENTE E 01	UNIDADE	500	450	25	50	25	R\$ 69,51	R\$ 34.755,00

		LOGOTIPO COLORIDO ESTAMPADO NAS COSTAS. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO. COTA RESERVADA A ME /EPP REFERENTE AO ITEM 8								
36	477864	CAMISA – USO: UNISSEX. MATERIAL: MALHA PV (75% POLIÉSTER + 25% VISCOSE). TIPO MANGA: CURTA. TIPO GOLA: REDONDA. CORES VARIADAS: BRANCA OU PRETA. TAMANHOS VARIADOS(P, M, G, GG E XG). CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: IMPRESSÃO FRENTE, COSTAS E MANGA. CORES IMPRESSÃO: 4 /0. PERSONALIZADO CONFORME MODELO ENVIADO PELO ÓRGÃO. COTA RESERVADA A ME /EPP REFERENTE AO ITEM 9	UNIDADE	750	750	25	0	0	R\$ 52,01	R\$ 39.007,50
VALOR TOTAL UFVJM										R\$ 721.059,90
VALOR TOTAL HNNA										R\$ 19.291,76
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO										R\$ 740.351,66

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4.. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir da data do aceite da Nota de Empenho pelo fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período originalmente firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 1.6. Os valores previstos na tabela acima são os valores máximos aceitáveis na presente aquisição, constituindo-se assim como critério de aceitabilidade das propostas.
- 1.7. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema Compras Governamentais e as constantes neste Termo de Referência, prevalecerão sempre as especificações do Termo de Referência.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os conteúdos do Estudo Técnico Preliminar são todos aqueles previstos no art. 9º, da IN SEGES nº 58/2022.

3.3. Os bens a serem adquiridos enquadram-se nas hipóteses previstas no art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Dessa forma, a aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

3.4. Não será permitida a adesão de órgãos não participantes à ata de registro de preços, uma vez que constitui prática não recomendada pelo Tribunal de Contas da União, por implicar em potenciais riscos à competitividade e a vantajosidade da licitação, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Digital nº. 12/2026, apêndice deste Termo de Referência.

3.5. O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto no Decreto nº 8.538 de 2015 não será afastado, por não incidir quaisquer das hipóteses previstas no art. 10 do referido Decreto.

3.6. As especificações e informações técnicas são de responsabilidade dos requisitantes que poderão ser identificados no item 3 do ETP.

3.6.1. As especificações foram analisadas pelos requisitantes que as consideram essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, assegurando que as informações não são excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, não limitando ou frustrando a competição ou sua realização (art. 9º, I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível, produzidos sem utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

4.1.2. Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Os resíduos que poderão ser gerados serão acondicionados em recipiente e local adequados e posteriormente recolhidos pela empresa contratada pela UFVJM, que faz o descarte correto destes resíduos sob a Gestão da Assessoria de Meio Ambiente. Geralmente as coletas ocorrem quinzenalmente, e/ou programada, de acordo com a demanda.

4.1.3. Nos termos do Decreto nº 10.947/2022, do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, o objeto da contratação está em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS): PLS 2024 /2028.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3.. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Prorrogação da Ata de Registro de Preços

4.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, conforme o disposto no § 3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

4.5.1. A vigência da Ata poderá ser prorrogada uma única vez por igual período, desde que observadas as hipóteses previstas no art. 84 da Lei nº 14.133 /2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

4.5.2. No caso de prorrogação da vigência da Ata, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, dentro do prazo de sua vigência, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro, e mantidas as condições originalmente estabelecidas.

4.5.3. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços, precedido de justificativa técnica, demonstração da necessidade, e de demonstração da vantajosidade para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **até 30 (trinta) dias** corridos, contados a partir do envio da **Nota de Empenho** ao fornecedor, via e-mail, em remessa única.

5.2. Para os itens em que serão necessário envio de amostra/prova via e-mail, o prazo de entrega dos bens é de **até 30 (trinta) dias** corridos, contados da aprovação da área demandante.

5.3. As parcelas serão entregues conforme quantidade mínima prevista na tabela constante no item 1.1, de acordo com a necessidade da instituição.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo **menos 24 horas de antecedência**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. Os bens deverão ser entregues no endereço e horário, conforme indicado na nota de empenho, **EXCLUSIVAMENTE** em dias úteis, com exceção dos pontos facultativos estabelecidos pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Portaria nº 11.460, de 29 de dezembro de 2025.:

5.6. Os itens deverão ser entregues conforme endereços abaixo:

Divisão de Almoxarifado/UFVJM, Campus JK, na cidade de Diamantina(MG), situada na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba - CEP: 39100-000, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas.

Divisão de Almoxarifado/UFVJM, Campus do Mucuri - Rua do Cruzeiro, nº 01 - Bairro Jardim São Paulo - CEP: 39803-371 - Teófilo Otoni/MG, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas .

Divisão de Almoxarifado/UFVJM, Campus Unaí - Avenida Universitária, nº 1.000, Bairro Universitários - CEP 38610-000 - Unaí /MG, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas.

Divisão de Almoxarifado/UFVJM, Campus Janaúba- Avenida Um, nº 4.050, Cidade Universitária - CEP 39447-790 - Janaúba /MG, no horário de 08: 00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas.

5.7. Além dos endereços relacionados acima, a entrega dos os itens 2-6-7-8-10-11-12-13-14-19-28-29-31-32-33 e 35, deverá ser realizada no HOSPITAL NAVAL DE NATAL (HNNA), Rua Sílvio Pélico, s/n, Alecrim, Natal/RN, CEP 59040-150, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h no Setor de Comunicação Social / Telefone: (84) 3216-3489.

5.8. A contratada deverá garantir que os materiais entregues sigam rigorosamente as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, incluindo dimensões, tipos de papel, gramatura, acabamento, cores e processos de impressão, bem como a qualidade da impressão, com fidelidade de cores, nitidez e durabilidade, utilizando equipamentos e insumos adequados.

5.8.1. Todos os materiais devem obrigatoriamente conter a aplicação da marca oficial da UFVJM em conformidade com as diretrizes previstas no Manual de Identidade Visual (MIV) da instituição, disponível no link (<https://portal.ufvjm.edu.br/dicom/central-de-conteudo/identidade-visual/manualde-identidade-visual-ufvjm>) e HNNA em conformidade com as diretrizes previstas no Manual de Identidade Visual (MIV) da instituição, Disponível no link <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/Id%20Visual/Manual%20de%20Identidade%20Visual%20Marinha%20do%20Brasil.pdf>.

5.8.1.1 A utilização da marca deve respeitar integralmente os padrões de uso, proporções, cores, tipografia e demais orientações estabelecidas no referido manual, garantindo a padronização e o fortalecimento da identidade institucional. Em caso de dúvidas quanto à aplicação da marca ou às diretrizes do MIV, estas poderão ser dirimidas junto à Diretoria de Comunicação Social da UFVJM.

5.8.2 Para os itens: **3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,15,16,17,18,19,20,21,22,26,27,28,31,32,33 e 34**, serão enviadas ao fornecedor, no momento do envio do empenho as imagens ilustrativas das artes (layout) e modelos conforme descrição da planilha constante no item 1.1 do Termo de Referência.

5.8.2.1 Após o recebimento da artes/layout, o fornecedor deverá, em até **05 (cinco) dias úteis**, encaminhar, previamente à produção, amostra do material em formato digital, via mensagem eletrônica (e-mail), para análise e aprovação do setor demandante.

5.8.2.2 O setor demandante deverá analisar a amostra e encaminhar resposta, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), no prazo de até 2 (dois) dias úteis, manifestando-se pela aprovação ou pela necessidade de ajustes/correções, hipótese em que poderá ser solicitada a apresentação de nova amostra.

5.8.2.3 A amostra enviada pelo fornecedor deverá representar fielmente o produto a ser fornecido, observando integralmente as características descritas no Termo de Referência, inclusive quanto a material, dimensões, acabamento, funcionalidade e personalização, conforme modelo e layout disponibilizado pelo demandante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 0,1% (um décimo por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” de 0,1% (um décimo por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da Contratação.

7.2.4.4. Compensatória para infração descrita na alínea “b”, de 11% (onze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação 30% (trinta por cento) do valor da Contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 20% (vinte por cento) do valor da Contratação.

7.2.4.6. Compensatória para infração descrita acima na alínea “a” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da Contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (art. 159).

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta e pelo que segue:

8.1.1. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

8.1.2. Os bens devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

8.1.3. Os bens não devem apresentar avarias ou adulterações;

8.1.4. Os bens devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

8.1.5. O procedimento de descarregamento e entrega é de total responsabilidade do fornecedor, inclusive na contratação de chapa, ajudante ou afins e, neste caso, assume os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **até 8 (oito) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de **até 8 (oito) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado das datas dos orçamentos estimados em **07/04/2026**, constantes na Planilha Mapa de Preços, Anexo I do Estudo Técnico Preliminar Digital nº. 10/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34.1. Será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE, melhor correlacionado com a variação inflacionária dos custos e com o segmento dos insumos da contratação.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.22. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.23. Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de materiais compatíveis com o objeto da contratação para os itens: **4,5,6,8,9,16,17,20,21,22,26,27,31,32,34,35 e 36**, conforme tabela constante do item 1.1. deste termo de Referência.

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.23.1.1. identificação do emitente;

9.23.1.2. descrição dos itens fornecidos;

9.23.1.3. período de execução;

9.23.1.4. avaliação quanto à qualidade do fornecimento e cumprimento de prazos.

9.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.24. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.24.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.24.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.24.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.24.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.24.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável é de **R\$ 740.351,66 (setecentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, realizadas pelos requisitantes, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN SEGES/ME nº 65/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não possuem caráter sigiloso, conforme estabelecido pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), e pelo artigo 10 da Instrução Normativa nº 81 de 2022.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Sete Lagoas / MG, Seção Judiciária de Sete Lagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANELI DIAS FERREIRA

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 15:14:27.

NELCIDIO GERALDO CARNEIRO

Pedagogo



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 14:50:37.